

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

3



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
3**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-051-3

DOI 10.22533/at.ed.513191601

1. Educação – Brasil. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 3, apresenta 22 capítulos sobre os aspectos relevantes da educação e ou práticas educacionais. Os temas incluem um processo amplo de reflexão sobre a educação brasileira contemporânea.

As principais características do ensino e aprendizagem sob a ótica atuais fidedignas do setor educacional, estão apresentadas em capítulos como a relevância das tecnologias digitais utilizadas como uma metodologia imprescindível promovendo a equidade social nas diversas séries de ensino. As políticas afirmativas, as cotas é uma outra configuração que possibilita a inclusão de alunos no ensino superior. A violência na escola é outro tema que deve ser tratado como um debate inesgotável. A produção no espaço escolar pelo profissional e a formação do professor como aspecto positivo de desenvolvimento local e regional, são os assuntos abordados.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DOCÊNCIA NO CONTEXTO ATUAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: A EDUCAÇÃO VIRTUAL IMERSIVA	
<i>Marcelo P. Da Roza</i>	
<i>Jiani C. Da Roza</i>	
<i>Adriana M. Da R. Veiga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5131916011	
CAPÍTULO 2	14
A INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)	
<i>Maria Francisca da Cunha</i>	
<i>Sueli Liberatti Javaroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5131916012	
CAPÍTULO 3	24
A INTEGRAÇÃO PEDAGÓGICA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO ATIVA DE PROFESSORES	
<i>Ana Luísa Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5131916013	
CAPÍTULO 4	38
FORMAÇÃO DOCENTE EM CONTEXTO EAD, TECNOLOGIAS E AVALIAÇÃO	
<i>Ana Paula Soares</i>	
<i>Luana Priscila Wunsch</i>	
<i>Lincoln Mendes de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5131916014	
CAPÍTULO 5	54
USO DO SCRATCH E DA PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES PARA A POTENCIALIZAÇÃO DA CRIATIVIDADE	
<i>Amilton Rodrigo de Quadros Martins</i>	
<i>Adriano Canabarro Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5131916015	
CAPÍTULO 6	68
JOGOS DIGITAIS EDUCATIVOS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA: E AGORA, PROFESSOR?	
<i>Jociléa de Souza Tataçiba</i>	
<i>Sonia Regina Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5131916016	
CAPÍTULO 7	76
GERAÇÃO CONECTADA NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Luiza Carravetta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5131916017	
CAPÍTULO 8	95
AVALIAÇÃO EM UM CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR E CONTEXTUALIZADA COM A PRÁTICA PROFISSIONAL	
<i>Luiz Fernando Delboni Lomba</i>	
<i>Olavo José Luiz Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5131916018	

CAPÍTULO 9	105
CONSTRUÇÃO DE AGENDA SOBRE EMPREENDEDORISMO JUVENIL NAS CONFERENCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE NO BRASIL	
<i>Maria Tarcisa Silva Bega</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5131916019	
CAPÍTULO 10	120
UMA NOVA ANÁLISE DA AÇÃO AFIRMATIVA COTA RACIAL SOB A ÓTICA DO RECONHECIMENTO	
<i>Soraya Gonçalves dos Santos Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160110	
CAPÍTULO 11	133
POLÍTICA E EDUCAÇÃO DE AFRODESCENDENTES NO BRASIL	
<i>Elaine Silva Alegre</i>	
<i>Liliane Capilé Charbel Novais</i>	
<i>Rozimeire Satiko Shimizu</i>	
<i>Marilza de Fátima Souza</i>	
<i>Elizabeth Leite de Oliveira Teodoro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160111	
CAPÍTULO 12	146
DO INGRESSO A PERMANÊNCIA: ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE COTAS NO CURSO DE AGRONOMIA	
<i>Jean Carlo Nogueira Baron</i>	
<i>Paola Alves</i>	
<i>Tatiane Kucmanski</i>	
<i>Aline Ariana Alcântara Anacleto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160112	
CAPÍTULO 13	150
VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Rogério Goulart da Silva</i>	
<i>Maria Regina Ferreira da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160113	
CAPÍTULO 14	161
TRÍADE MULTIDISCIPLINAR: FAMÍLIA(S), CRIANÇA(S) E ESCOLA(S)	
<i>Eliane Lima Piske</i>	
<i>Ângela Adriane Bersch</i>	
<i>Maria Ângela Mattar Yunes</i>	
<i>Narjara Mendes Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160114	
CAPÍTULO 15	168
EDGAR MORIN E O PENSAMENTO COMPLEXO: PERSPECTIVAS NA CIÊNCIAS SOCIAIS	
<i>Nei Alberto Salles Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160115	

CAPÍTULO 16	178
EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA, FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160116	
CAPÍTULO 17	191
A ÉTICA DO CUIDADO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: POSSIBILIDADE DE PRÁXIS HUMANIZADORA?	
<i>Ilíria François Wahlbrinck</i>	
<i>Luci Mary Duso Pacheco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160117	
CAPÍTULO 18	202
A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA: PROCESSO E DESTAQUES CUIABANOS NO SÉCULO XX	
<i>Geisa Luiza de Arruda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160118	
CAPÍTULO 19	212
LUGARES DE MEMÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
<i>Shirlei Alexandra Fetter</i>	
<i>Daniel Luciano Gevehr</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160119	
CAPÍTULO 20	224
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: AVANÇOS E NOVOS DESAFIOS	
<i>Jovina Maria de Barros Bruno</i>	
<i>Rita de Cassia Santos Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160120	
CAPÍTULO 21	237
REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO PROFISSIONAL COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE INDIVIDUADA	
<i>Amanda Ribeiro da Luz</i>	
<i>Francielle Molon da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160121	
CAPÍTULO 22	253
ANÁLISE SEMIÓTICA DE TEXTOS VISUAIS CINEMATOGRÁFICOS	
<i>Ana Carolina de Souza Moreira dos Santos</i>	
<i>Carlos Vinicius Veneziani dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.51319160122	
SOBRE A ORGANIZADORA	261

CONSTRUÇÃO DE AGENDA SOBRE EMPREENDEDORISMO JUVENIL NAS CONFERENCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE NO BRASIL

Maria Tarcisa Silva Bega

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Sociologia, Curitiba, Paraná

RESUMO: O empreendedorismo juvenil, associado às práticas de educação formal e não formal aparece nas agendas da “educação para o trabalho”, desde a década de 1990, como alternativa para profissionalização individual e tem sido acoplado como atitude tipicamente juvenil. No Brasil, a presença deste debate já está bastante consolidada. O objetivo é entender como o discurso do empreendedorismo juvenil, como estratégia de educação formal e não formal, é tecido dentro das conferências nacionais de educação e da juventude, a partir da emergência deste mecanismo de participação, nos governos Lula e Dilma. A hipótese é que as deliberações das Conferências nacionais são documentos síntese da mobilização da sociedade civil na construção de agendas de reivindicação política. Por meio de análise documental e qualitativa, apreendemos duas ordens de discursos: a) sobre educação não formal e empreendedorismo como constitutivas de atividades autônomas juvenis; b) indicações e orientações para o sistema formal de ensino para formação em empreendedorismo. As conclusões apontam para certo deslizamento

do discurso neoliberal “em bruto”, para argumentos assentados na crise do emprego e da empregabilidade; como missão salvadora, apoiada nas capacidades individuais e exaltação do lugar do sujeito, em detrimento das macroanálises.

PALAVRAS-CHAVE: Conferências nacionais; educação formal; educação não-formal; empreendedorismo; juventude.

ABSTRACT: Youth entrepreneurship, associated with formal and non-formal education practices, has appeared in the “education for work” agendas since the 1990s as an alternative to individual professionalization and has been coupled as a typically youthful attitude. In Brazil, the presence of this debate is still very consolidated. The objective is to understand how the discourse of youth entrepreneurship, as a strategy of formal and non-formal education, is woven within the national conferences of education and youth, from the emergence of this mechanism of participation, in the Lula and Dilma governments. The hypothesis is that the deliberations of the national Conferences are synthesis documents of the mobilization of the civil society in the construction of agendas of political claim. Through documentary and qualitative analysis, we learned two orders of discourse: a) about non-formal education and entrepreneurship as constitutive of autonomous

youth activities; b) indications and guidelines for the formal education system for training in entrepreneurship. The conclusions point to a certain slippage in the “raw” neoliberal discourse, to arguments based on the employment and employability crisis; as a saving mission, based on individual capacities and exaltation of the subject’s place, to the detriment of macroanalysis.

KEYWORDS: National conferences; formal education; non-formal education; entrepreneurship; youth.

1 | INTRODUÇÃO

A dimensão do empreendedorismo juvenil, associada às práticas de educação formal e não formal tem dominado as propostas de intervenção nos processos educacionais desde a década de 1990, principalmente nos países desenvolvidos e, conseqüentemente, provocado a discussão sobre/da política educacional para o trabalho no Brasil. Aqui, a questão aparece de forma não dominante, no discurso oficial sobre a educação, mas está inserida na dimensão educação e trabalho, uma vez que não foi colocada como central na definição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9495/1996). Dominou e ainda domina a pauta da Educação Básica as questões do acesso e universalização, a qualidade, o reconhecimento do professor, a inclusão de grupos minoritários e o direito à educação formal como bem público.

Dessa forma, a questão do empreendedorismo juvenil ficou alijado em segmentos vinculados à formação profissional, como por exemplo ao Sistema S, às escolas profissionais tanto as públicas como principalmente as privadas, no segmento do Ensino Médio. Nos cursos superiores o tema foi tratado sem uma orientação normativa, ao sabor das faculdades e universidades, quer pelo leque diferenciado de curso, quer pela orientação pedagógica da instituição. Cabe destacar que o Sistema S é uma denominação pela qual ficou convencionado o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. É composta pelas seguintes entidades: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR); Confederação Nacional do Comércio (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC e Serviço Social do Comércio-SESC); Sistema Cooperativista Nacional (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo-SESCOOP); Confederação Nacional da Indústria (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI e Serviço Social da Indústria-SESI); Confederação Nacional do Transporte (Serviço Social de Transporte-SEST e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte-SENAT) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE.

Retomando a argumentação, em outras palavras, ao longo dos anos da década de 1990, em que pese a orientação do MEC que eliminou a profissionalização em favor do ensino propedêutico no Ensino Médio, outros movimentos foram feitos no

sentido da inclusão de disciplinas visando desenvolver nos estudantes adolescentes os princípios do empreendedorismo, da capacidade criativa etc. Para o bem ou para o mal, este tema e suas variantes vieram no movimento contra a retomada da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio, muitas vezes indicado e implantado no lugar destas disciplinas. Cabe lembrar que os ensinamentos de Sociologia e Filosofia tornaram-se obrigatórios em todo o território nacional, passando a componente curricular básico do ensino médio das redes pública e privada graças à Resolução n.º 4, de 16 de agosto de 2006, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE). Esta norma teve como fundamento o Parecer nº 38/2006, aprovado em 7 de julho de 2006, regulamentando o inciso III, do §1º, do art. 36, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996). Estas duas disciplinas, como se deve lembrar, foram objeto de projetos vetados pela Presidência da República e depois retomada, em caráter obrigatório, somente após 2005.

Se o tema do empreendedorismo juvenil não aparece destacado na agenda pública brasileira, nem na educacional e nem na discussão do trabalho – o que pode ser observado nos resultados das respectivas conferências nacionais - pertence, no entanto, a uma pauta internacional, conforme se pode observar nas discussões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e UNESCO. Também é muito forte na União Europeia, pela centralidade que detém na Comissão da Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude da Comunidade e também nos documentos derivados do Plano de Bolonha. Sinteticamente, o processo iniciou-se informalmente em Maio de 1998, com a declaração de Sorbonne e deslança, oficialmente, com a Declaração de Bolonha em Junho de 1999, a qual define um conjunto de etapas e de passos a serem dados pelos sistemas de ensino superior europeu no sentido de construir, até 2020, um espaço europeu de ensino superior globalmente harmonizado. A ideia base é de, salvaguardadas as especificidades nacionais, dever ser possível a um estudante de qualquer estabelecimento de ensino superior, iniciar a sua formação acadêmica, continuar os seus estudos, concluir a sua formação superior e obter um diploma europeu reconhecido em qualquer universidade de qualquer Estado-membro. Pressupõe que as instituições de ensino superior passem a funcionar de modo integrado, num espaço aberto antecipadamente delineado e regido por mecanismos de formação e reconhecimento de graus acadêmicos homogêneos desde sua concepção.

Grosso modo, na Europa o empreendedorismo enquanto fenômeno relevante no desenvolvimento social e econômico de um país, tornou-se uma competência-chave nas estratégias de educação, é apontado como alternativa para profissionalização individual e tem sido acoplado como atitudes tipicamente juvenis. Ou seja, na perspectiva desses organismos empreendedorismo e atitudes juvenis possuem uma fina sincronia, muitas vezes identificados como sinônimos.

No Brasil, a discussão proposta, nos limites deste artigo, é verificar qual o lugar e em que termos ele se apresenta na agenda pública, na virada da primeira

para a segunda década do século XXI. O objetivo é entender como o discurso do empreendedorismo juvenil, como estratégia de educação formal e não formal, é tecida dentro da Conferência Nacional da Educação de 2014, na Segunda Conferência Nacional da Juventude (2011) e nas conferências nacionais sobre o trabalho, com destaque à primeira Conferência Nacional pelo Trabalho Decente (2013). Pela importância que a questão da juventude assume nesta última conferência, também é analisado o documento produzido dois anos antes, em 2011, resultado de um grupo de Trabalho encomendado pela OIT, realizado por equipe interministerial, sob a coordenação da Secretaria Nacional da Juventude, intitulado Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.

O mote para tal reflexão foi a experiência como pesquisadora visitante no Observatório Permanente da Juventude da Universidade de Lisboa, (pesquisa sobre Políticas para/de juventude, financiada pela CAPES, ano longo do ano de 2015) quando me deparei com a intensa produção acadêmica e de construção de agenda para as políticas públicas para juventude, em que o tema de empreendedorismo juvenil tem pautado políticas de ministérios como da Educação, do Trabalho, do Turismo, da Cultura e orientado os investimentos públicos da Secretaria Nacional da Juventude.

A questão aqui apresentada é de que, se em Portugal há um conjunto de elementos que explicam a presença do tema do empreendedorismo como ação de governo, quais seriam então as referências para o caso brasileiro? Na Europa e em particular em Portugal há fatores demográficos como o envelhecimento da população cuja decorrência é a diminuição relativa de jovens; a entrada tardia destes jovens no mercado de trabalho; alto grau de formação educacional formal, com mais de 30% dos jovens de 20 a 29 anos com cursos superiores, tudo isso associado à profunda crise econômica em que os países da Europa do Sul foram submetidos. Soma-se a força extremamente presente da Comunidade Europeia que impõe políticas de lógica continental, entre elas o empreendedorismo como uma ação de Estado para a juventude, admitindo a falência do modelo fabril de ocupação formal como típica do capitalismo contemporâneo.

Como início de uma discussão mais abrangente, investiga-se a agenda brasileira, já construída após oito anos de Governo petista que, se por um lado as condições demográficas sejam de outra estrutura e a questão econômica sinalizasse para um dos momentos mais significativos de geração de emprego e renda, por outro, novas questões associadas ao protagonismo juvenil já estavam consolidadas: políticas de universalização da educação básica; expansão de vagas e de financiamentos públicos para o ensino superior; criação da Secretaria Nacional da Juventude; definição de pautas específicas para juventude em vários Ministérios, ou seja, quando a noção do jovem como sujeito político está, ao menos na agenda pública, claramente assentado.

A primeira parte traz a apresentação da discussão, em termos históricos, da questão do empreendedorismo; seguido da discussão brasileira sobre as diferenças conceituais entre educação, formal, não-formal e informal, tomando por base a discussão

apresentada por Gonh (2006). A partir da desta construção mínima conceitual toma-se a presença/ausência do tema nas conferências indicadas anteriormente para avaliar em que medida a política pública brasileira, em suas dimensões setoriais consegue ou não construir um entendimento hegemônico sobre o tema. O interesse é demarcar a existência de discursos setoriais que se sobrepõem quanto ao tema, bem como as lacunas em suas construções. Por último, são apresentadas algumas percepções sobre esta agenda de pesquisa.

2 | EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO

Originária do francês *entrepreneur*, traduzido para o inglês como *intrepreneurship*, o termo empreendedorismo tem sua origem na economia, inicialmente utilizado para se referir aos homens de negócios. Remonta escritos do século XVII, mas é com as obras de Alfred Marshall (1842-1924) que ganha maior visibilidade, sendo que ele entendia como empreendedor aquele que forneceria produtos e promoveria, simultaneamente, a inovação e progresso. Para Joseph Schumpeter (1883-1950) empreendedor devia ser o líder da empresa e o inovador, representando a força motriz do sistema econômico. Interpretou a inovação como um processo endógeno, ou seja, que permite fazer mais com a mesma quantidade de recursos.

Considerou que a inovação criada pelo empreendedor representa uma renovação no sistema econômico, destruindo o equilíbrio existente e criando um novo equilíbrio – o empreendedor como agente de mudança na economia, alguém extremamente versátil, com competências técnicas de produção e capitalistas de reunião de recursos financeiros, assim como com competências de organização de operações internas e de realização de vendas do produto. (SCHUMPETER, 1947)

A discussão da educação para o empreendedorismo e a inserção do tema empreendedorismo como conteúdo da educação formal ou eixo para a educação não-formal ganha força no final do século XX, muito associada à crise do estado de bem-estar social e o ressurgimento de propostas liberais na Europa, marcadamente a partir do Governo Thatcher na Inglaterra. É na Europa que este modelo de educação empreendedora apresentará grande destaque, quer pela retomada dos governos de tons liberais, quer pela crise fiscal do Estado, quer pelas mudanças tecnológicas que impõe o crescimento de uma economia pautada no setor de serviços. Mas permanece como a contribuição dos economistas para a Educação.

Drucker (1959), por exemplo, introduz o conceito de risco. A capacidade de arriscar é a única via para melhorar o desempenho de um empreendedor. Porém, os riscos tomados deveriam ser conhecidos e compreendidos, de modo a serem minimizados. Na mesma toada econômica, Mises (1998) destaca a capacidade preditiva e antecipatória do empreendedor em determinar o sucesso ou o insucesso de certos eventos, indo ao encontro das necessidades do consumidor. Em suma, o empreendedorismo é definido

pela identificação de oportunidades e consequente criação de uma nova atividade econômica, através da criação de uma nova organização, combinando a inovação, a capacidade de arriscar e a pró-atividade – características estas, muitas vezes consideradas como alicerces de um perfil empreendedor. (MARINHA *et al*, 2014)

Em posição oficial da União Europeia, Androulla Vassiliou, Comissária da Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude da Comunidade Europeia, aponta as razões para se investir na educação para uma cultura empreendedora, fundamental para uma Europa cada vez mais competitiva. São elas: a) necessidade de se apostar no encorajamento dos indivíduos que não apresentam características consideradas ótimas para empreender, fornecendo-lhes ferramentas de aprendizagem para o desenvolvimento e gestão de um negócio; b) promover alteração de mentalidades, que permita o investimento nas pessoas e nas suas capacidades de adaptação e inovação; c) a constatação de que os métodos de ensino mudaram com as exigências da sociedade atual, contudo, em muitas áreas, os conhecimentos ainda são transmitidos como verdades absolutas e definitivas, não permitindo a resolução de problemas e o desenvolvimento do potencial criativo dos estudantes (VASSILIOU, 2014).

Este arrazoado de argumentos é apresentado a partir de diagnóstico que demonstra que mesmo com os “avanços” dos países europeus incorporando a abordagem sobre o empreendedorismo nos seus planos curriculares e/ou atividades extracurriculares, muitas instituições educacionais ainda não encararam essa mudança como essencial para a evolução dos jovens e das economias dos países.

Este discurso é muito forte em países como Portugal, o que leva à formulação de um discurso governamental que destaca a importância em se desenvolver uma proposta pedagógica voltada para o empreendedorismo, incluindo-o no plano curricular escolar (OLIVEIRA, 2010). Demonstrem a necessidade de mudança dos conteúdos curriculares, por exemplo, na diferença de valores da cultura acadêmica e da cultura de negócio. Esta diferença é exibida, essencialmente, pela dificuldade que os empreendedores que vêm do mundo acadêmico apresentam no desenvolvimento/gestão de um negócio (PORTELA, HESPANHA, NOGUEIRA, TEIXEIRA & BAPTISTA, 2008).

Mais que formular um discurso, os economistas orientam como desenvolver e melhorar o ensino do empreendedorismo no meio acadêmico, através dos três *knows*:

- *KNOW-WHAT*, que representa os conhecimentos para a gestão de um negócio e que pode ser apreendido pelo método expositivo ou interativo, associado à transmissão de conhecimento;
- *KNOW-WHY*, que compreende as normas, motivação e atitude para empreender. Pode ser desenvolvido pelo contato com experiências ou realidades associadas ao mundo empreendedor (observação direta, estudos de caso, seminários).
- *KNOW-HOW*, que se refere aos conhecimentos práticos. É a mais difícil de

ser transmitida, por não se poder recorrer ao método tradicional expositivo e por depender de uma componente mais prática sujeita às experiências pessoais.

Destacam o terceiro como o mais abrangente, na medida em que o desenvolvimento do *KNOW-HOW* empreendedor permite uma mudança de valores que favorece o aumento de atitudes como autonomia, criatividade, ética, liderança, diálogo, autovalorização, resolução de problemas, utilização eficaz de recursos, entre outros. (HAASE & LAUTENSCHLÄGER, 2011; PALMA & SILVA, 2014).

Como afirma Cohan (2012) ao longo do século XX o tema passa a ser estudado também por outros profissionais das humanidades, porém sempre enaltecendo o comportamento empreendedor dos indivíduos. Diz:

A partir dos anos de 1980, houve grande expansão do empreendedorismo no campo educacional com o desenvolvimento de várias pesquisas (DRUCKER, 1986; FILION, 1999) em diversos países (Estados Unidos, Canadá, França), principalmente nas áreas das ciências humanas e gerenciais. Essas pesquisas tratavam de temas, como: características comportamentais de empreendedores, educação empreendedora, pesquisa empreendedora, pedagogia e cultura empreendedora, empreendedorismo e sociedade, empreendedorismo e pequenos negócios, novas oportunidades, desenvolvimento e gerenciamento de negócios, intra empreendedorismo, autoemprego, entre outros. Eram estudos direcionados à busca de estratégias para garantir o sucesso dos novos empreendimentos, acentuando a relevância da articulação entre escola/universidade e empresas. (COHAN, 2012: 5)

Para o caso brasileiro, nos anos de 1980, a educação para o empreendedorismo, ganha adesão inicialmente no ensino superior, alastrando-se, lentamente, para os outros níveis e modalidades de ensino. Além disso, incentivos a grupos de pesquisa por parte do CNPq e com apoio do SEBRAE, metodologias são desenvolvidas no sentido de expandir os conteúdos do empreendedorismo junto à educação fundamental e média, ainda como educação formal, mas cada vez mais apresentada como o eixo dominante na pauta da educação não formal.

Nesse sentido e de forma muito sintética, recorre-se à produção de Maria da Glória Gonh, que organiza de forma muito didática as principais características da educação não formal, de forma comparada à formal. Diz ela:

“a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc. - carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.” (GONH, 2006: 28)

3 | PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO TEMA NAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Conforme já definido, para o caso brasileiro o objetivo é estudar a formulação de políticas de empreendedorismo enquanto tema da agenda pública para os jovens. Em todos os documentos brasileiros segue-se o preconizado pela UNESCO que estabelece o recorte biológico para definição de jovens todas as pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

As propostas sínteses geradas ao final de uma Conferência nacional tem sido entendida como o marco da discussão na Sociedade civil – trabalhadores, movimentos sociais, segmentos raciais, de gênero, empresários, grupos conservadores e progressistas – que se colocam na arena de discussão sobre um tema e dali se constroem consensos (nem sempre fáceis) sobre a condução política que o assunto deva ter, por parte do Estado e da Sociedade.

Sinaliza, enfim, um pacto de interesses que deverá reger a ação política, explicitando o grau de convergência possível naquele momento. Portanto, é o documento que indica o potencial de mudança, naquele assunto, na sociedade brasileira.

Assim, sinteticamente, os caminhos seguidos no tema juventude e empreendedorismo, nas três conferências em análise.

Na Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014, que é de todas, a de maior abrangência, antiguidade e com maior impacto na definição de políticas sociais, pois trata da educação como um todo, a questão do empreendedorismo aparece de forma secundária, tangenciada, no eixo de “justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade. O tema está tratado em apenas três propostas aprovadas, num conjunto de 677. São elas:

- Quanto à formação cidadã e profissional: Garantir a articulação entre formação cidadã e profissional, com enfoque no direito de acesso da adolescência e juventude ao ensino médio, tendo em vista a ampliação da etapa de escolarização obrigatória no Brasil, entendida como uma demanda da sociedade brasileira em um contexto social de transformações significativas e, ao mesmo tempo, de construção de direitos sociais e humanos.
- Construir uma educação profissional que atenda, de modo qualificado, as demandas crescentes por formação de recursos humanos e difusão de conhecimentos científicos, e dê suporte aos arranjos produtivos locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social.
- Inserir, na educação profissional, ações da educação especial, possibilitando a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social.

Na I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (2013), o tema

do empreendedorismo aparece no Subeixo 3.3 – Micro e pequenas empresas, empreendedorismo e Políticas Públicas de Microcrédito, com as seguintes propostas de Promoção de políticas públicas para o empreendedorismo:

- propor a realização de censos municipais para identificar a vocação de empreendedores(as) no município;
- criar mecanismos que favoreçam o empreendedorismo marcados pela clareza e previsibilidade das regras e das leis;
- garantir o acesso ao crédito e o assessoramento técnico e de gestão aos microempreendedores, especialmente para os grupos de mulheres e jovens.

Como se poderia esperar, é quando a juventude aparece de forma substantiva numa conferência específica, que a questão do empreendedorismo juvenil ganha destaque. Na 2ª Conferência Nacional da Juventude (2011) são aprovadas as seguintes propostas:

- criar projeto de lei do empreendedorismo jovem;
- criar uma linha de crédito específica para juventude; e apoiar novos empreendimentos pelos jovens, para que empreendam e gerem novos postos de trabalho;
- incentivar, através da política da economia solidária, a formação profissional dos jovens, voltada para o cooperativismo e os bancos comunitários de desenvolvimento;
- criar o Fundo de Amparo à Juventude (FAJ), sendo semelhante ao (FAT) Fundo de Amparo ao Trabalhador para captar recursos dos fundos perdidos dentro do Tesouro Nacional, fortalecendo assim o empreendedorismo juvenil;
- criar Centros de Capacitação, Comercialização e logística de produtos essenciais para o funcionamento municipal (a exemplo do fardamento das escolas, creches, hospitais, centros de saúde, produtos de limpeza e agricultura familiar) fazendo com que os(as) jovens tenham oportunidade de trabalhar e comercializar fortalecendo a economia local;
- criar projetos de gerações de renda de acordo com a realidade de cada município do Estado tais como: pecuária, agricultura familiar, turismo, pesca e artesanato;
- instituir material educacional que evidencie a importância do empreendedorismo para a juventude;
- inserir disciplinas eletivas nas escolas e faculdades que estimulem o surgimento de empreendedores jovens.

Em termos comparados, há pouco paralelismo entre Europa e Brasil. Na

primeira, no mundo do trabalho a questão da educação empreendedora, da formação dos princípios do empreendedorismo cresce a passos largos, como a panaceia para as questões não resolvidas pelo capitalismo contemporâneo, que vive a experiência da flexibilização e da re(tomada) da concepção de cabe ao indivíduo, dentro de sua autoconsciência, ser o responsável pela sua sobrevivência, produzindo uma nova forma de alienação, agora como sujeito criativo, portanto isolado, descolado de uma leitura de pertencimento à classe ou estrato socioprofissional.

No Brasil, até o final do ano de 2015, o tema analisado segue outras direções. Em primeiro lugar, o assunto é enfrentado na II Conferência nacional da Juventude (2014), pensado com a lógica de uma política pública, a ser construída: inicia pelo reconhecimento de um marco legal, segue pela necessidade de mecanismos de financiamento por parte do Estado – que é o indício do não enraizamento da questão no mercado e na sociedade - passa-se para a necessidade da institucionalização, via Educação, da formação de uma cultura formal de empreendedorismo. Em segundo lugar reconhece-se a pluralidade da sociedade brasileira e da existência de juventudes, ao se focar nas diferentes realidades da população jovem – o urbano carrega, por exemplo, experiências e expectativas diversas daquele que está na Agricultura familiar, na pesca, no artesanato etc. Por último, e embora não seja o texto de explicitação, há o reconhecimento dos “lugares sociais” para os jovens de acordo com suas origens, tendo como referência a extrema desigualdade social brasileira: destaca-se, por isso, a necessidade de linhas de financiamento a fundo perdido, para formas alternativas de geração de renda, naquela que ficou estabelecido como economia solidária, cooperativas, para grupos que não acessam, historicamente, pelas vias formais do trabalho assalariado, os direitos e garantias da classe trabalhadora.

Pode parecer, em suma, que se está propondo, nas franjas e nas brechas presentes no capitalismo contemporâneo, “espaços” de criatividade e (des)alienação do trabalho. Ao contrário, o que se tem, de fato, é o reconhecimento da impossibilidade de ocupação de um contingente jovem, no modelo ainda dominante de trabalho. O empreendedorismo cai, por consequência, como uma luva macia e maleável, para outras novas formas de exploração.

Se esta era a construção ao nível de uma nova conferência e tema (da juventude), há, em outro polo a ação de organismo multilateral de grande proeminência sobre as relações de trabalho como a OIT que discute o tema do trabalho de forma integral e em âmbito internacional há um século. Destaca-se, aqui, como a OIT, desde 2006, propõe a construção de agenda pública que articule a questão juvenil com o trabalho, junto aos ministérios do Trabalho e demais vinculados à área econômica do governo brasileiro. Disso resultou a elaboração de documento intitulado Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, que estabelece qual é a juventude que precisa de política de emprego e renda.

A atual geração de jovens brasileiros tem em comum a busca pela construção

de trajetórias de trabalho em meio a um cenário de transformações econômicas e sociais intensificadas nos anos 1990, tais como o baixo ritmo de crescimento econômico e a intensa presença do desemprego e do trabalho precário. Mesmo que o período mais recente aponte um contexto de aumento da atividade econômica e das oportunidades de emprego e ocupações, os jovens experimentam um mundo do trabalho em mutação e sobre eles recai o maior peso do desemprego e do trabalho precário. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que esta experiência no mundo do trabalho é mais difícil para uns do que para outros. No universo do trabalho, a associação da categoria juventude às variáveis: sexo, cor/raça, renda familiar, posição na família, escolaridade e região de moradia, entre outras, torna ainda mais explícitas as múltiplas desigualdades que atingem a população juvenil. Os jovens pertencentes a famílias de mais baixa renda, moradores de áreas metropolitanas mais pobres ou de determinadas áreas rurais, as mulheres jovens e os jovens negros de ambos os sexos, são atingidos de maneira ainda mais crítica pelas dificuldades de acesso a um trabalho decente. (BRASIL, 2011: 11)

No escopo de discussão interministerial, estabelece um conjunto de propostas que servirão de suporte à discussão do trabalho decente para a juventude brasileira. A temática do empreendedorismo juvenil aparece primeiro no bloco dos Programas de apoio à economia popular e solidária, assim detalhada:

- apoiar empreendimentos da economia solidária e associativismo realizados por grupos de jovens em diferentes áreas, incluindo arte e cultura, esporte e turismo, nas zonas rurais e urbanas, através de incubadoras públicas de empreendimentos populares e solidários;
- estimular e fomentar a organização de cooperativas e associações formadas por jovens trabalhadores/as;
- apoio à inserção de empreendimentos juvenis em redes ou associações de suporte à economia popular e solidária;
- criar mecanismos para certificação dos produtos oriundos dos empreendimentos solidários juvenis e buscar inserção efetiva no comércio justo (*fair trade*);
- criar mecanismos de acesso à proteção social;
- fomentar incubadoras de negócios, com apoio da extensão universitária.

Depois, é destacado, dando título a outro bloco de propostas denominado Programas de apoio ao associativismo e empreendedorismo, assim desdobrado:

- estimular a criação de empreendimentos e associações por parte de jovens, incluindo programas específicos de capacitação e suporte aos negócios (p. 54)
- difundir programas de apoio à capacitação de jovens para a gestão de empreendimentos e associações;
- apoiar a criação de empresas de base tecnológica sob o comando de jovens pesquisadores/as e/ou empreendedores/as em incubadoras ou parques tec-

nológicos, com ênfase na gestão da inovação e no desenvolvimento de novos produtos e processos;

- promover o trabalho decente de jovens a frente de empresas individuais (EI), microempresas;
- (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP).

A temática que articula a dimensão da juventude, trabalho e educação aparece na Prioridade 4: Diálogo Social, enfatizando a organização de diferentes mecanismos de ampliação do diálogo social sobre a inserção juvenil no mundo do trabalho e a melhoria da qualidade da educação das gerações jovens como demandas essenciais ao projeto de desenvolvimento nacional no curto e no longo prazo. As linhas de ação e programas sugeridos são os seguintes:

- ampliar o diálogo social sobre a condição juvenil no mundo do trabalho;
- estimular e organizar a produção de conhecimento e informação sobre a situação dos/as jovens no mundo do trabalho, considerando as dimensões de gênero, raça e etnia;
- considerar a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) como base de informações estratégicas para a avaliação e revisão de políticas públicas, bem como o desenho de novas iniciativas;
- promover e amplificar o debate sobre a situação dos/as jovens no mercado de trabalho, com a perspectiva de legitimar o direito ao trabalho às jovens gerações;
- estimular o envolvimento dos diferentes atores sociais (governos, sindicatos, representações empresariais, organizações da sociedade civil) para a melhoria das condições de trabalho e salário dos/as jovens e para a melhoria do acesso e da qualidade da educação dos segmentos juvenis;
- estimular a organização e participação de jovens trabalhadores/as e empregadores/as em atividades sindicais;
- divulgar os mecanismos existentes para denúncia de limitações para participação de jovens trabalhadores/as em atividades sindicais;
- fomentar políticas de formação cidadã, objetivando ampliar e qualificar a incidência dos/as jovens rurais nas instâncias de controle e participação social;
- Qualificar a gestão e implantação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude;
- promover a troca de conhecimento e informação sobre programas nacionais e internacionais de promoção do trabalho decente da juventude;

- estimular a participação de organizações juvenis no debate sobre a concretização da Agenda do Trabalho Decente e a melhoria da qualidade da educação e da qualificação profissional;
- estabelecer mecanismos institucionais de monitoramento da implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente da Juventude, com a participação de jovens trabalhadores/as e empregadores/as.

Da análise do documento verifica-se elenco substancial de propostas que poderiam, com apoio político e recursos, ressignificar a relação dos jovens brasileiros com o mundo do trabalho. Mas, ao se reunirem na Conferência propriamente dita, trabalhadores, empregadores, segmentos rurais, urbanos, minorias e grandes empreendedores capitalistas, o resultado foi pífio: quando se toma a discussão crua e dura do trabalho decente – objeto de conferência específica – a temática da juventude é a grande ausente, aparecendo apenas de forma lateral, como incentivo via microcrédito às minorias – mulheres e jovens. No processo de negociação e disputa, avalia-se que o tema do empreendedorismo juvenil ainda não está constituído na agenda pública dos setores que definem de fato as pautas política econômica. Não sendo um evento de caráter deliberativo, fica como uma discussão indicativa, produzida e direcionada aos jovens de determinada classe social, com acesso à educação formal, que vivem no mundo urbano. Ou seja, aqueles que conseguem frequentar, por exemplo escolas e instituições como o SEBRAE, para ter o aval e o reconhecimento de sua legitimidade como sujeitos políticos ou sujeitos reflexivos no sentido que Giddens (1990) trabalha. Esta noção desenvolvida pelo autor, ao estudar as consequências da modernidade reflexiva, traz para a discussão a atual estágio da modernidade que produzirá sujeitos novos, denominados reflexivos e bastante elucidativa para nossa hipótese. A ideia que sustenta é que o crescimento exponencial de conhecimentos que os sistemas periciais permitem e nos quais as ciências sociais têm lugar consolidado. Também, a modernidade permite crescente contato dos indivíduos com especialistas de diversas áreas como a medicina, a psicologia, as questões ambientais, além da tecnologia. Produzindo um amálgama desses conhecimentos peritos os meios de comunicação permitem que os indivíduos tenham experiências novas cada vez mais rápidas e profundas. São uma miríade de experiências que extrapolam o mundo cotidiano restrito e enriquecem os recursos cognitivos dos sujeitos. Por isso, estes indivíduos ganham a denominação de reflexivos na medida em que são dotados de quadros de percepção, de avaliação e de orientação para ação que podem ser ou não ser acionados, mas que são crescentemente influenciados por um conjunto de saberes peritos.

4 | APONTAMENTOS SOBRE A AGENDA DO EMPREENDEDORISMO

As informações contidas nos documentos das três conferências analisadas, como síntese de um longo processo que se inicia nos municípios, sinalizam para a complexidade das relações entre Estado, Mercado e Sociedade civil organizada, principalmente quando a juventude e os jovens como sujeito político, entra quer como personagem central, quer como coadjuvante, como na discussão sobre trabalho decente e educação. Num país em que as questões sobre o reconhecimento da singularidade da juventude como sujeito ainda é pouco discutida fora dos espaços de militância e da academia, em que juventude ainda está muito associada à violência e quando faltam espaços no mercado de trabalho para acesso dos diferentes segmentos juvenis, tratar da cultura empreendedora soa como tema distante.

Mercado de trabalho, emprego, conclusão de estudos e possibilidades de geração de renda em atividades que crescem nas margens dos centros urbanos, sob a forma de autoemprego ainda é o que forma o leque de opções para os jovens pobres. Aos melhores aquinhoados, há possibilidade de, a partir de capitais familiares e da rede social em que estão inseridos, trilharem as possibilidades colocadas pelo mercado mundial, como é o caso do sucesso das *startups* nas grandes capitais.

Observa-se, principalmente, no cotejamento dos dois documentos relativos ao trabalho decente, que algumas conclusões podem ser apontadas: um certo deslizamento do discurso neoliberal “em bruto”, para argumentos assentados na crise do emprego e da empregabilidade; o empreendedorismo como dotado de uma missão salvadora, porém fortemente apoiado nas capacidades individuais;

Por último, dos documentos aqui analisados pode-se afirmar (tanto em nível de conclusão preliminar como hipóteses de trabalho a serem aprofundadas) afirmar que ao nível do discurso estão criados um conjunto de argumentos a favor do empreendedorismo. Lendo isso de forma positiva, há aqui o embrião de uma nova pauta para a agenda futura, no que diz respeito às alternativas modernas de inserção produtiva dos jovens. Por outro lado, menos otimista, considerando a crise econômica que se abate no capitalismo recente, a dimensão do empreendedorismo juvenil corre o risco de ser mais um sonho passageiro que uma política pública em gestação. Para não perder a dimensão macrossociológica, é preciso manter, portanto, uma postura vigilante com relação aos argumentos de defesa do empreendedorismo juvenil como algo “natural” desta fase da vida, na medida em que são posturas acríticas e a-históricas, de exaltação do lugar do sujeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude** – Brasília : MTE, SE, 2011.
Disponível em:

<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/ANTDJ.pdf>. Acesso em 15 outubro 2015

_____. **Relatório Final da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente**. I CNETD. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, 2013. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D41032A78014118FD3C857B5A/Relatorio%20da%20CNETD.pdf>. Acesso em: 10 abril 2016

_____. **MEC - Doc Base DOCUMENTO FINAL**, Brasília, 2014. Disponível em; http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf. Acesso em 12 abril 2016

COHAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo**. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Trabalho_e_Educacao/Trabalho/09_20_00_2780-6586-1-PB.pdf. Acesso em: 02 abril 2016.

DRUCKER, P. F. Long-Range Planning: Challenge to Management Science, **Management Science**, 5 (3), 1959, p. 238-249.

EUROPEAN COMMISSION. **The Bologna Process and the European Higher Education Area**. Disponível em: https://ec.europa.eu/education/policy/higher-education/bologna-process_en. Acesso em: 31 agosto 2015.

GIDDENS, Anthony. The Consequences of Modernity. Cambridge: Polity, 1990.

GONH, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: **Ensaio: avaliação de políticas públicas na educação**. Rio de Janeiro, v. 14, no. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

HAASE, H. & LAUTENSCHLAGER, A. The teachability dilemma of entrepreneurship. In: **Internacional Entrepreneurship and Management Journal**, 7 (2), 2011, p. 145-162.

MISES, L. **Human Action**. Scholar's Edition. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1998.

OLIVEIRA, M. C. **Gestão e pedagogia empreendedoras urgem**. In: **Educador – Empreendedor. ECCOM**, 1(2), 2010, p. 55-60.

PALMA, P. & SILVA, R. Proatividade e Espírito Empreendedor. In Palma, P., Lopes, M. & Bancalheiro, J. **Psicologia para Não Psicólogos: A Gestão à Luz da Psicologia**. Lisboa: Editora RH, 2014, p. 179-198.

PORTELA, J. (Coord.), HESPANHA, P., NOGUEIRA, C., TEIXEIRA, M. S. & BAPTISTA, A. **Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas**. Lisboa: INSCOOP – Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, 2008.

SCHUMPETER, J. **The Creative Response in Economic History**. In: **The Journal of Economic History** (7), 1947, p. 149-159.

MARINHA, Cândida et al. **Empreendedorismo Jovem – Um Olhar sobre Portugal**. Lisboa: IFDEP - Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal/Departamento de Research, 2014. Disponível em: <http://www.ifdep.pt/assets/empreendedorismo-jovem>. Acesso em: 28 março 2016.

VASSILIOU, A. **European Commission. The Commissioners (2010-2014)**. 2014. Disponível em: http://ec.europa.eu/archives/commission_2010-2014/vassiliou/index_en.htm; http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-1224_pt.htm. Acesso em 30 agosto 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-051-3

